

Subcomissão debaterá exploração do solo

ANC PAIS
Da Sucursal de Brasília

Nesta segunda-feira, a Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica na Constituinte vai debater uma questão que tem se revelado das mais polêmicas: trata da exploração do subsolo e das concessões de lavras. O engenheiro Elmer Prata Salomão, presidente da Sociedade Brasileira de Geologia (SBG), vai exibir aos membros da comissão uma pesquisa realizada entre 2.800 especialistas do setor ligados à SBG, em que prevalece a opinião de que toda riqueza mineral do solo e do subsolo brasileiro deve ser de propriedade da União.

Esse ponto (apoiado por 88,2% dos pesquisados) é bastante polêmico, uma vez que pelo menos dois dos integrantes da comissão — o senador Roberto Campos (PDS-MT) e o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) — já se manifestaram favoráveis a que seja limitada a competência federal nesta área. Campos propõe, inclusive, que cada Estado da federação deva ter sua política

mineral independente, sem que a União possa interferir em sua política de exploração.

A pesquisa toca ainda em outros pontos sensíveis. Segundo a opinião que prevaleceu, as reservas não poderão ser propriedade privada de forma alguma; o capital estrangeiro somente poderá participar da exploração mineral desde que limitado na participação acionária, com caderno de encargos onde constem compromissos de investimento, transferência de tecnologia, contingenciamento de exportações e nacionalização progressiva.

A SBG possui 3.573 associados, mas apenas 2.760 receberam os questionários para a pesquisa. Desse total, cerca de 860 responderam às questões, num percentual de 30,9%. Levando-se em consideração prazo de três meses da pesquisa e o grau de mobilidade dos profissionais — que pela característica da profissão se locomovem com frequência para locais ermos e inacessíveis —, o resultado revela que a resposta foi

satisfatória e o desvio pode chegar a apenas 5% (para cima ou para baixo). Entre os entrevistados estão engenheiros de mina, geofísicos, geólogos, estudantes, advogados e empresários.

Quase 82% dos entrevistados defendem que “deverá estar explícito o conceito de bem mineral com um recurso estratégico, que deve ser explorado segundo prioridades de demanda interna”, diz o relatório final da pesquisa. Na questão relativa à reserva de mercado, o consenso reduz-se a 61,4%, mas defende o estabelecimento dessa reserva para substâncias minerais específicas.

O monopólio estatal do petróleo, que divide de forma acentuada a opinião dos constituintes, obteve a defesa de 78,4% dos pesquisados para que seja mantido. Cerca de 75% é favorável à ampliação do monopólio estatal para minerais nucleares. Eles querem ver incluído no texto da nova Constituição a seguinte frase: “A pesquisa, lavra e o enriquecimento de minérios nucleares e materiais fósseis localizados em território na-

cional, bem como sua industrialização e comércio, constituem monopólio da União”.

O quesito que mais dividiu os entrevistados está ligado à garimpage. Enquanto 36% foi a favor de incluir o assunto na Constituição, 47,4% entendeu que não se trata de matéria constitucional e deve ser tratado em lei.

A mineração em terras indígenas deve ser admitida, segundo 57,6% dos pesquisados, “desde que se estabeleçam critérios rígidos a serem observados (proteção à cultura, tradição e sítios sagrados, proteção à ecologia e meio ambiente, estágio de aculturação e dependência da sociedade envolvente, pagamento adequado etc) e seja ouvida e respeitada a vontade da comunidade indígena”.

A Constituição deve manter também uma distinção entre solo e subsolo, estabelecendo ao proprietário da terra percentuais sobre a produção ao invés do dízimo (“royalty”), de acordo com 56,6% dos entrevistados.